



Senadores alertam para meio ambiente a partir de janeiro

Parlamentares que participam da conferência da ONU sobre o clima, na Polônia, disseram estar preocupados com a posição que o novo governo deve adotar sobre o tema

Senadores brasileiros que participam da conferência da ONU sobre o clima (COP-24) em Katowice, na Polônia, manifestaram preocupação com o posicionamento que o Brasil pode adotar na discussão ambiental a partir do próximo ano, com a posse do novo governo.

O relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, senador Jorge Viana, criticou a desistência do Brasil de concorrer à sede

da próxima conferência, em 2019.

Já o senador João Capiberibe lamentou a possível transferência da Funai do Ministério da Justiça para o novo ministério que cuidará dos direitos humanos.

No domingo, parlamentares participaram de encontro da União Interparlamentar, organização que reúne congressistas de todo o mundo, para tentar garantir a implementação do Acordo de Paris. **3**



Guilherme Oliveira/Agência Senado

Em Katowice, o relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Jorge Viana, fala sobre a posição do Brasil em relação ao meio ambiente

6

Comissão especial analisa novo Código Comercial

Áreas de livre comércio podem ser votadas hoje

Colegiado deve concluir relatórios do Orçamento



Jose Cruz/Agência Brasil

Segundo Ministério do Trabalho, criação de vagas formais continuou a crescer depois da reforma trabalhista

Polêmica em torno da lei trabalhista persiste

Um ano após ser sancionada, a lei da reforma trabalhista ainda provoca divergência entre os especialistas. A aplicação jurídica de muitas das novas regras ainda não foi pacificada e a regulamentação de diversos trechos não está completa. Em termos de resultado, os efeitos da legislação na geração de emprego são imprecisos. Para Martha Seillier, do

Ministério do Trabalho, a reforma ainda não reduziu o desemprego, mas trouxe mais trabalhadores para o regime formal. Já Clemente Ganz, do Dieese, disse que a formalização se deu à custa da precarização de direitos. No Senado, uma proposta que cria o Estatuto do Trabalho pretende substituir a Consolidação das Leis do Trabalho. **4 e 5**

Artistas populares recebem Comenda Câmara Cascudo

O Senado entregou ontem a primeira edição da Comenda Câmara Cascudo, que homenageia artistas e instituições que fazem trabalhos voltados para a valorização da cultura, do folclore e de saberes tradicionais. Entre os premiados, estão o cordelista Antônio Francisco Teixeira e o produtor cultural Nilson Rodrigues. **2**

Direito dos animais está na pauta de hoje do Plenário

O Plenário pode votar hoje dois projetos que tratam da proteção e dos direitos dos animais. Um deles cria multa e pena de prisão para comerciante que maltratar animais. O outro estabelece um regime jurídico especial que permite ao Ministério Público abrir processos investigatórios para garantir a proteção de direitos dos animais. **3**

Discurso contra direitos humanos está crescendo, dizem ativistas

Ativistas disseram ontem, em audiência da Comissão de Direitos Humanos, que o discurso contra a proteção das minorias, dos trabalhadores e dos mais pobres está se fortalecendo no Brasil. O debate marcou os 70 anos da Declaração Universal

dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Para a senadora Regina Sousa, presidente da comissão, o discurso equivocado é o responsável por espalhar a falsa ideia de que direitos humanos existem para defender bandido. **4**



Jefferson Roudy/Agência Senado

Para Regina Sousa, a declaração precisa ser estudada já na educação básica

Obra deve comprovar viabilidade econômica

8

Comissão vota adesão a fundo dos servidores

Representantes da cultura popular recebem comenda

O prêmio, que leva o nome do folclorista Câmara Cascudo, foi criado para valorizar artistas e pesquisadores

O SENADO ENTREGOU ontem a primeira edição da Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo. Foram premiados o cordelista Antônio Francisco Teixeira, o músico Nelson da Rabeca, o produtor cultural Nilson Rodrigues, o ator Pedro Baião, o Museu da Gente Sergipana e a Câmara Brasileira do Livro. Também foram homenageados in memoriam o capoeirista Moa do Katendê e os folcloristas Deífilo Gurgel e João Carlos Paixão Côrtes.

A comenda foi criada a partir de sugestão da senadora Fátima Bezerra (PT-RN) para premiar artistas e instituições que façam trabalhos voltados para a valorização da cultura, do folclore e de saberes tradicionais do povo brasileiro.

Também foi homenageada a psicóloga Daliana Cascudo, neta do folclorista Luís da Câmara Cascudo e diretora do Instituto Ludovicus, que preserva e divulga o legado fruto de décadas de trabalho do pesquisador potiguar. Câmara Cascudo publicou mais de 150 obras sobre a cultura popular de nosso país, entre elas *Antologia do Folclore Brasileiro*, *Vaqueiros e Cantadores*, *Lendas Brasileiras* e *História da Alimentação no Brasil*.

— Para meu avô, a cultura popular é a base de uma sabedoria ilimitada, porque vem de uma sedimentação de conhecimentos. É uma mistura única de constatações das



Fátima Bezerra (4ª à dir.) entre agraciados com Comenda Câmara Cascudo

sociedades no tempo e no espaço, sempre com uma pitada do momento. Todas as outras culturas são acessórias dessa base — explicou Daliana.

Reconhecimento

Para a senadora Fátima Bezerra, a primeira edição da comenda também serve como reconhecimento da “obra monumental de Cascudo”.

— Para mim, é uma emoção única, e agradeço o presidente do Senado, Eunício Oliveira, por ter atuado na efetivação desse incentivo a quem batalha pela valorização cultural.

O senador José Agripino (DEM-RN) também homenageou seu conterrâneo, a quem chamou de “o mais brilhante homem de letras da história do Rio Grande do Norte”.

— Quando fui prefeito de Natal, entre 1979 e 1982, o visitava todos os anos no dia do aniversário dele, 30 de dezembro. A contribuição de Câmara Cascudo para a

cultura potiguar é inestimável.

Durante a sessão, homenageados e senadores ressaltaram a relevância que possui a cultura para que uma nação seja forte, soberana e justa. Nilson Rodrigues pediu união da classe artística contra o fechamento do Ministério da Cultura anunciado pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro.

— Extinguir o ministério do setor é algo preocupante e grave. Não existe nação desenvolvida que não adote uma política cultural consistente. Espero que o Senado se junte à mobilização artística contra o fechamento da pasta.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também pediu que Bolsonaro reconsidere sua posição sobre o Ministério da Cultura.

Ana Amélia (PP-RS) e Lasier Martins (PSD-RS) marcaram a importância do folclorista João Carlos Paixão Côrtes, criador do Centro de Tradições Gaúchas em Porto Alegre em 1948, que morreu em agosto.

Projeto permite bloqueio de telemarketing

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) poderá votar amanhã projeto que possibilita o bloqueio de ligações de telemarketing recorrentes.

O PLS 500/2017, da senadora Marta Suplicy (MDB-SP), insere essas ligações no rol das práticas abusivas do Código de Defesa do Consumidor, como marketing massivo e invasivo por meio telefônico.

Pelo texto, será permitido o cadastro do número de telefone, fixo ou móvel, em uma lista de quem não deseja receber ligações de telemarketing em caráter recorrente.

O projeto determina também que, nos estados ou municípios em que não houver cadastro de bloqueio, caberá ao próprio fornecedor criar e manter esse cadastro.

A proposta recebeu voto favorável do relator, Garibaldi

Alves Filho (MDB-RN). O senador destacou em seu relatório que o projeto não proíbe o telemarketing, apenas veda o acesso telefônico a consumidores que não queiram receber tais ligações.

O relator aprimorou o texto com emenda que obriga os fornecedores, e não o poder público, como previa a proposta original, a manter cadastro de consumidores que não queiram receber ligações.



Pedro Chaves (PRB-MS, 4º à esq.) representou o Brasil na 73ª Assembleia Geral da ONU. O encontro reuniu em Nova York líderes mundiais e tratou das relações diplomáticas e de questões ambientais e econômicas. Chaves representou ainda o Brasil na assinatura do Acordo de Desnuclearização da Península Coreana, entre as Coreias do Norte e do Sul. Sérgio Petecão (PSD-AC, 2º à esq.) também participou das discussões na ONU.

Comissão pode votar hoje MP que transfere imóveis do INSS

A comissão mista da medida provisória que transfere para a União cerca de 3,8 mil imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pode votar hoje o relatório.

A MP 852/2018 também acaba com fundo da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), o que libera outros imóveis para a venda.

O relatório foi apresentado pelo senador Dário Berger (MDB-SC) na quarta-feira. Após vista concedida aos parlamentares, a sessão foi suspensa.

De acordo com o Ministério do Planejamento, estimativas

apontam que os imóveis do INSS somam R\$ 6 bilhões. A ideia é que sejam alienados e contribuam para reduzir o déficit do fundo com o Tesouro Nacional.

Já os imóveis da extinta RFFSA, com valor estimado em R\$ 1,4 bilhão, poderão ser vendidos, doados ou cedidos para obras de infraestrutura, saúde e educação em municípios e para programas sociais, entre eles o Minha Casa, Minha Vida.

Os deputados e senadores apresentaram 47 emendas ao texto, das quais 28 foram acatadas pelo relator.

Senadores homenageiam hoje o empresário Fabrizio Fasano

O Senado vai promover uma sessão especial hoje, às 11h, em homenagem ao empresário Fabrizio Fasano, que morreu no dia 24 de novembro, em São Paulo, aos 83 anos. O requerimento para a realização da sessão foi iniciativa da senadora Marta Suplicy (MDB-SP), apoiada por outros senadores.

Fabrizio Fasano nasceu em Milão, em 1935, e tinha 2 anos quando veio para o Brasil. De uma tradicional família de donos de restaurantes,

Fasano manteve o espírito empreendedor dos pais e ajudou a ampliar a rede de restaurantes e hotéis que leva o nome da família. Também participou da fundação da Editora Três.

Marta define o empresário como “ousado, inovador, sofisticado, que procurou, em tudo, colocar a qualidade em primeiro lugar”. Para a senadora, Fasano representa o espírito empreendedor que fez diferença para a cidade de São Paulo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CE Educação infantil**
9h Análise do relatório de avaliação da política pública de educação infantil em creches. Depois, votação de projetos.
- CI Recursos para transportes**
9h Na pauta, proposta que destina recursos da Cide para projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos.
- CAE Segurança pública**
10h Análise do relatório de avaliação de política pública na área de segurança. Depois, análise de projetos.
- CRA Balanço**
11h Apresentação do relatório de atividades no biênio 2017-2018.
- SESSÃO ESPECIAL Fabrizio Fasano**
11h Homenagem ao empresário, que morreu em novembro.
- CMA Qualidade da água**
11h30 Proposta que estabelece incentivo ao setor privado para melhoria da qualidade da água está na pauta da comissão.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Projetos em defesa dos animais estão na pauta.
- CÓDIGO COMERCIAL Relatório**
14h30 Análise do relatório final.
- MP 850/2018 Agência para museus**
14h30 Análise do relatório.
- MP 852/2018 Imóveis do INSS**
14h30 Análise do relatório.
- MP 853/2018 Adesão ao Funpresp**
14h30 Análise do relatório.
- MP 856/2018 Eletrobras**
14h30 Eleição de presidente e vice da comissão mista.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

COP-24: senadores alertam sobre meio ambiente

Parlamentares que participam da conferência sobre o clima, na Polônia, dizem estar preocupados com a posição que o Brasil pode adotar a partir de janeiro

Guilherme Oliveira, de Katowice, na Polônia

PARLAMENTARES BRASILEIROS CHEGARAM no domingo à 24ª edição do encontro da Conferência das Partes (COP) das Nações Unidas, órgão responsável pelos debates sobre as mudanças climáticas. O evento ocorre na cidade de Katowice, na Polônia. O primeiro dia da participação de deputados e senadores foi marcado por manifestações de preocupação com o novo posicionamento que o Brasil pode passar a adotar na discussão ambiental a partir do próximo ano.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, já sugeriu que o Brasil pode abandonar o Acordo de Paris, o tratado internacional que visa conter o aumento da temperatura do planeta. A equipe de Bolsonaro foi a principal responsável pela desistência brasileira de sediar a COP-25, em 2019. O futuro ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, cuja indicação foi anunciada no domingo, já declarou que o aquecimento global não será uma prioridade na sua gestão.

Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), o senador Jorge Viana (PT-AC) explica que o mundo “não tem escolha” senão viabilizar iniciativas concretas para limitar o aquecimento global, que já causa efeitos nas economias e nas sociedades. Para ele, o Brasil não deveria se retirar da arena.

— A mudança climática não é uma questão de opinião, é real. É lamentável que haja esse desencontro. Preparamos



Lidice da Mata, Jorge Viana e João Capiberibe participam de reunião durante a COP-24, na Polônia

o Orçamento, organizamos as condições para que o Brasil pudesse sediar a COP-25, a candidatura estava garantida. Lamentavelmente é como se o Brasil estivesse abrindo mão de jogar o jogo mais importante que o planeta vive hoje.

A COP-24 deve fechar o “livro de regras” do Acordo de Paris, com as instruções para que cada país signatário (195 ao todo) regulamente e coloque em andamento as suas contribuições. Além disso, o documento também servirá de guia para o auxílio financeiro que os países desenvolvidos devem prestar aos demais.

Quando o tratado foi assinado, em 2015, a previsão era de um período de cinco anos para que fossem discutidas as regulamentações pertinentes. Dessa forma, a produção de efeitos do Acordo de Paris só virá a partir de 2020. No entanto, a reta final das negociações pelo “livro de regras” é crucial para que a comunidade mundial possa estabelecer metas o mais ambiciosas possíveis.

O ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, elogiou a atuação da CMMC e dos demais grupos parlamentares que lidam com a problemática ambiental. Para ele, o Brasil não teria alcançado o atual

protagonismo nas discussões globais sobre mudanças climáticas sem a participação do Congresso, na formulação de leis que colocam o país na vanguarda. Duarte também antecipou que divulgará, durante a COP-24, os mais recentes números de redução de emissões de gases poluentes pelo Brasil.

Os parlamentares também

mostraram descontentamento com a transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça para a estrutura do ministério que cuidará dos direitos humanos. O senador João Capiberibe (PSB-AP) considerou a ideia um retrocesso.

— O Ministério da Justiça tem uma longa experiência no trato com os povos indíge-

nas, e essa transferência pode causar transtornos enormes. Estamos apresentando uma carta ao presidente eleito para que ele mantenha a Funai lá. Espero que ele volte atrás na sua decisão.

Não são apenas autoridades estatais que participam da COP-24. O setor privado também expõe as suas iniciativas. O gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bomtempo, explicou que o setor tem sido compelido a participar dos esforços por perceber que a eficiência energética leva a uma redução de custos e a um aumento da produtividade.

— A questão climática é um novo modelo de negócios, e as indústrias já começaram a perceber isso, seja por pressão dos governos ou da própria sociedade civil. O setor tem um engajamento muito grande e vem investindo muito em tecnologia e inovação.

Parlamentares articulam cumprimento do Acordo de Paris

A participação dos parlamentares brasileiros na COP-24 teve início com um debate da União Interparlamentar (UIP), organização que reúne congressistas de todo o mundo. Senadores, deputados e comissões dialogam com lideranças, ativistas e especialistas na tentativa de garantir o cumprimento dos compromissos assumidos no Acordo de Paris.

A conferência começou no dia 2 e vai até sexta-feira. Ao longo da última semana, foram divulgados estudos que apontam os riscos do aquecimento global para o meio ambiente, para a saúde humana e para o desenvolvimento da economia.

A UIP busca definir marcos legais comuns aos países

signatários para garantir a implementação do Acordo de Paris.

Para o senador Jorge Viana, as pessoas precisam entender a necessidade de conter o avanço do aquecimento global.

— A grande discussão deste evento é o que os parlamentos do mundo têm que fazer vinculados ao acordo do clima. Não é só ratificar o acordo, mas agora todo o aparato de legislação voltado para uma economia de baixo carbono [que diminui o impacto da produção e queima de energia, bem como a emissão de gases do efeito estufa]. Agora, como alcançar isso é o problema. Não pode ser algo que venha só do governo, não pode ser de um segmento

da sociedade, tem que ser de todos — disse.

Segundo Viana, a COP-24 tem importância destacada na reta final da implementação definitiva do Acordo de Paris, assinado em 2015. O senador citou relatórios da ONU que reforçam que metas de limite ao aumento da temperatura global só serão alcançadas se os países adotarem com urgência medidas que reduzam de forma significativa as emissões de gases do efeito estufa.

Comitiva

Além de Viana, estão na Polônia os senadores João Capiberibe (PSB-AP), Lidice da Mata (PSB-BA), Hélio José (Pros-DF) e Gladson Cameli (PP-AC).

Plenário pode votar projetos que garantem direitos dos animais e punem maus-tratos

Dois projetos que tratam da proteção e dos direitos dos animais estão na pauta de hoje do Plenário. As duas propostas tramitam em conjunto.

Uma delas, do deputado Ricardo Izar (PP-SP), estabelece um regime jurídico especial para os animais, que lhes garante tutela jurisdicional em caso de violações de direitos (PLC 27/2018). Com esse mecanismo, o Ministério Público passará a poder abrir processos investigatórios para garantir a proteção de direitos dos animais.

O outro projeto, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), multa estabelecimentos comerciais que maltratem ou abusem de animais em até 1.000 salários mínimos (PLS 470/2018). Os abusadores também poderão pegar

até 3 anos de cadeia.

Na justificativa, o senador diz que o que o motivou foi o sentimento de indignação, compartilhado com dezenas de milhões de brasileiros, relacionado à execução do cachorro Manchinha. Um vídeo que viralizou nas redes sociais na semana passada mostra um segurança de um supermercado em Osasco (SP) perseguindo o cão com um cabo de vassoura. Devido às pancadas, Manchinha acabou morrendo.

De acordo com o projeto de Randolfe, as multas aplicadas aos estabelecimentos que concorrerem para a prática de maus-tratos deverão ser revertidas para entidades que atuam na proteção de animais domésticos e silvestres.

Comissão analisa hoje proposta que reconhece o videogame como esporte

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) poderá votar hoje projeto de lei que propõe o reconhecimento, o fomento e a regulamentação dos esportes eletrônicos (os chamados *e-sports*) no Brasil.

Os *e-sports* são as atividades competitivas envolvendo jogos de videogame, computador e outros equipamentos. Para o autor do PLS 383/2017, Roberto Rocha (PSDB-MA), as disputas esportivas em ambientes virtuais oferecem, assim como os esportes tradicionais, meios de “socialização, diversão e aprendizagem”. O relator na CE, José Medeiros (Pode-MT), é favorável à proposta sob a forma de substitutivo aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Como o projeto é terminativo na CE, caso aprovado, pode seguir direto para a Câmara, a não ser que haja recurso para análise no Plenário do Senado.

Dia do Museu

A comissão pode analisar o PLS 249/2018, que institui o Dia Nacional do Museu, a ser celebrado em 18 de maio. De Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o projeto é relatado por Marta Suplicy (MDB-SP), favorável com emenda para estimular o aumento da visibilidade dos museus nacionais, por meio de programas de rádio e TV.

Nos últimos dez anos, observa, o Brasil registrou incêndios que consumiram prédios que guardavam acervos com valor artístico, histórico e científico.

Reforma trabalhista formalizou mais empregos, mas continua contestada

Críticos da lei, que completou um ano de vigência em novembro, apontam que o aumento de trabalhadores com carteira assinada ocorreu às custas da redução de direitos e da proteção aos empregados. Agora o Senado discute o texto de um estatuto para substituir a Consolidação das Leis do Trabalho

Reportagem: Guilherme Oliveira
Edição: Juliana Steck

NO INÍCIO DE novembro, a reforma trabalhista completou seu primeiro ano. A Lei 13.467, de 2017, foi o mais profundo conjunto de alterações já realizado nos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e representou uma das principais medidas tomadas pelo governo Michel Temer, que se encerrará no fim do ano.

Para a aprovação da proposta, foram quase sete meses de intensas discussões no Congresso e mais de 1.600 emendas apresentadas pelos parlamentares. No Senado, um dos pareceres emitidos pelas comissões temáticas rejeitava o projeto (PLC38/2017). O relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), favorável ao texto, foi rejeitado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou o voto em separado de Paulo Paim (PT-RS) em junho. Mesmo assim, a reforma foi aprovada em outras comissões e em Plenário, e promulgada em julho de 2017.

A lei entrou em vigor quatro meses depois, como previsto no texto. A ideia era dar tempo para que os setores produtivo e jurídico se adaptassem às novas normas.

Após um ano de experiência, a avaliação sobre a reforma ainda está sujeita a divergências. A aplicação jurídica de muitas das novas regras não foi imediatamente pacificada, e a regulamentação de diversos trechos não está completa. Em termos de resultado, os efeitos da legislação na geração de emprego são imprecisos.

É possível afirmar, entretanto, que em uma área a reforma vem tendo sucesso verificável. A natureza das relações de trabalho vem

se alterando consistentemente, e o panorama do mercado no país já é outro em comparação com o quadro existente no final de 2017. Especialistas divergem sobre se essa mudança é positiva ou negativa, mas ambos os lados reconhecem que ela veio para ficar.

Empregos formais

São dois os principais indicadores de desemprego no Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) registra a porcentagem dos brasileiros em idade ativa que estão desocupados. Já o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) compila a diferença entre contratações e demissões no mercado formal. A Pnad incorpora no seu cenário a informalidade, enquanto o Caged detecta apenas a situação que quem possui carteira assinada.

A Pnad mostra que, no ano de vigência da reforma trabalhista, a oscilação da taxa de desemprego ficou num patamar ligeiramente abaixo do anterior, quando a crise econômica estava no seu auge.

O Caged, porém, mostra uma variação mais drástica. O saldo entre contratações e demissões se manteve consistentemente positivo ao longo de 2018, ao contrário dos anos anteriores.

Na interpretação da assessora especial da Casa Civil Martha Seillier, que trabalhou na elaboração da nova legislação, isso significa que a reforma não reduziu o desemprego geral de forma significativa, mas foi bem-sucedida em trazer mais trabalhadores para regimes formais.

— No Brasil, havia várias pessoas trabalhando sem conseguir se encaixar num contrato formal, porque o modelo não existia. Se a pessoa não ia trabalhar regularmente no mesmo local, no

mesmo horário, para o mesmo empregador, tinha dificuldade de encontrar um contrato assinado com os direitos garantidos. Quem estava fazendo “bicos” hoje já pode ter carteira assinada — diz.

As figuras da jornada intermitente (no qual a prestação de serviços não é contínua, mas alterna períodos de inatividade) e da jornada parcial (que não cobre o dia inteiro, apenas determinados períodos) foram inovações introduzidas pela reforma que, segundo Martha, permitiram a mudança. O público mais beneficiado, na sua análise, foi o dos jovens. Muitos deles, quando entram no mercado de trabalho, precisam conciliar o tempo com estudos. Sem um modelo de contrato adequado a essa necessidade, não havia incentivo para empregá-los.

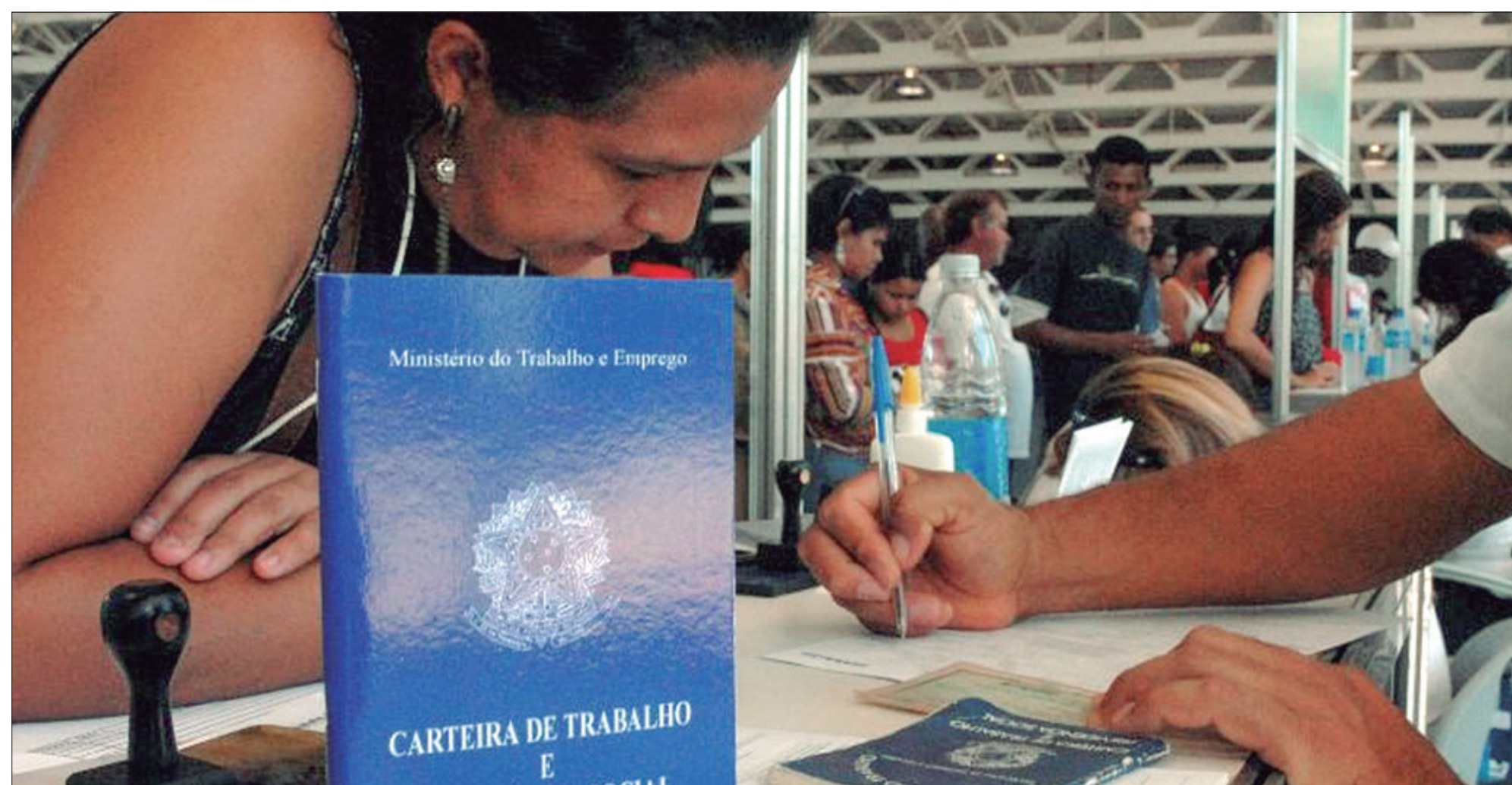
A assessora considera que a retomada do emprego como um todo ainda depende de uma recuperação econômica mais robusta do país.

— Consideramos que os caminhos abertos pela reforma, tudo que ela fez para adequar o mercado à legislação existente, vão ser muito importantes quando a economia de fato aquecer.

Menos direitos

A formalização de regimes diferenciados é entendida por críticos da reforma como a “normalização” de atividades mais precárias. O diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, afirma que a reforma incluiu uma massa trabalhadora, mas a custo de menos direitos.

— Em parte, a formalização de contratos é verdadeira. Mas ela vem acompanhada do rebaixamento do padrão protetivo. A nova tendência é reconhecer que



Especialistas apontam que mudanças nas leis trabalhistas, como a criação das jornadas intermitente e parcial, não reduziram o desemprego de forma significativa, mas levaram mais pessoas a ter situação formal

há uma desigualdade enorme e estabelecê-la como patamar.

Clemente destaca que uma flexibilização da legislação para trazer para a CLT trabalhadores que persistem na informalidade seria uma medida bem-vinda, desde que fosse atrelada à retomada econômica e pensada para ser revertida à medida que o mercado comportasse um retorno às condições anteriores.

— O processo de formalização tem que vir acompanhado de iniciativas do poder público. Poderia ser uma transição gradativa. Isso é uma coisa. Reconhecer o mercado informal como patamar significa fazer com que ele não se altere na frente.

Outra crítica de Clemente diz respeito ao fim do imposto sindical obrigatório, à possibilidade de homologação individual de acordos e à prevalência de negociações coletivas sobre a legislação. O diretor diz temer um desaparecimento gradual dos sindicatos e das entidades

representativas dos trabalhadores. Para ele, essa consequência significaria a hegemonia dos regimes precários, pois não haveria mais atores com força suficiente para reivindicar o contrário.

Estatuto

Durante a análise do projeto de reforma, o governo, num esforço para garantir a anuência do Congresso, se comprometeu a vetar os pontos mais polêmicos antes da sanção. No entanto, isso não ocorreu porque o presidente Temer preferiu editar uma medida provisória com novas regulamentações (MP 808/2017). Jamais debatida ou votada, a MP caiu por encerramento do seu prazo de validade.

O Senado, então, se mobilizou. Em agosto de 2017, foi instalada uma subcomissão destinada à análise de uma proposta de Estatuto do Trabalho. A ideia é que o texto se torne uma nova CLT, se sobrepondo tanto à reforma quanto à legislação trabalhista

anterior e estabelecendo ainda mais direitos e garantias.

O texto do estatuto foi apresentado em maio, como sugestão legislativa, tendo Paulo Paim como relator. Foi assinado por entidades de auditores, magistrados e procuradores do trabalho, depois de discutido com entidades sindicais de trabalhadores e de patrões, autoridades e especialistas diversos.

Paim explica que, pela sua complexidade, o projeto deverá levar anos para ser aprovado.

— Faremos muito debate. A centro-direita ganhou as eleições com um projeto ultraliberal, temos que entender isso, e temos que dialogar. A subcomissão já realizou 23 audiências públicas desde a sua instalação — destacou o senador.

Não há prazo definido para a apresentação de um relatório sobre a sugestão (SUG 12/2018).

Martha Sellier considera que a evolução do mercado de trabalho exige disposição para adaptar

constantemente as regras.

— A legislação trabalhista tem que estar sempre sendo revista para acomodar mudanças que estão se verificando na prática. Seria um retrocesso voltar aos modelos de antes.

Situação jurídica

Assim que entrou em vigor, a reforma suscitou dúvidas quanto ao impacto das novas regras sobre processos trabalhistas. Empregados, patrões, advogados e juízes não se entendiam em relação ao marco inicial de aplicabilidade das normas. Questionavam se elas já incidiriam nos processos e contratos em andamento, ou se apenas sobre os abertos depois do novo código.

A indefinição foi agravada pela situação da MP 808/2017. As suas regras geraram efeitos enquanto ela estava no prazo, mas, após o vencimento, o Congresso precisaria editar um decreto legislativo para pacificar as relações jurídicas decorrentes desses efeitos

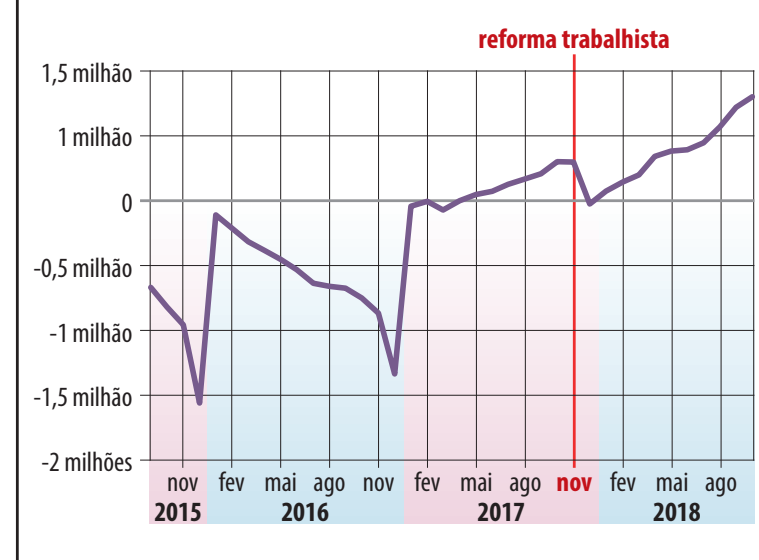
produzidos na vigência. Como isso não aconteceu, houve três períodos de regras diferentes em vigor: o pré-reforma, o período em que a reforma era modificada pela MP e o período em que a reforma vigorou sozinha.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, diz que a entidade considera muitas das inovações da reforma trabalhista inconstitucionais, como a regulamentação do trabalho intermitente. A Anamatra defende a prerrogativa dos juízes de não aceitarem a aplicação automática das normas e afirma que a avaliação prévia de constitucionalidade é um pressuposto.

— Há pontos de dúvida, inclusive entre advogados e procuradores, e os juízes têm reconhecido, sem anormalidade. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) aprovou, em junho, a Instrução Normativa 41/2018, afirmando que a aplicação das regras da reforma seria imediata, mas, em sua maioria, não afetaria situações iniciadas ou consolidadas antes do dia 11 de novembro de 2017. A instrução, porém, não valeria para questões de direito material (como férias, trabalho intermitente e teletrabalho), que devem ser analisadas caso a caso.

Empregos com carteira assinada

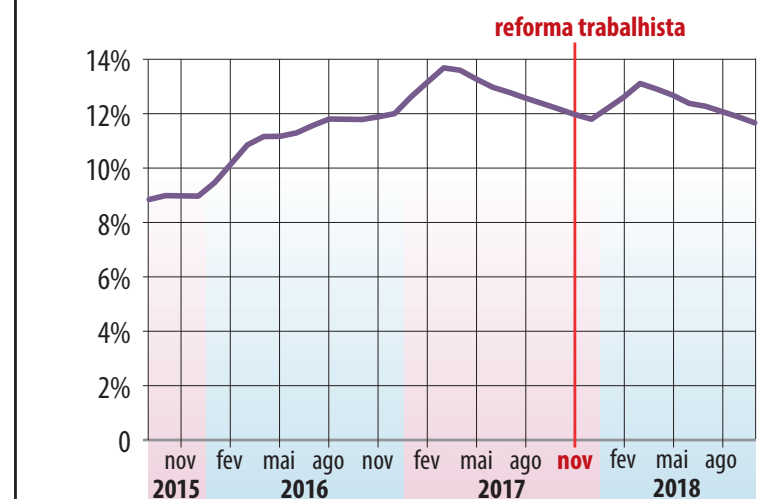
Criação de vagas formais manteve tendência de alta registrada imediatamente antes das mudanças na legislação trabalhista



Fonte: Ministério do Trabalho — Caged

Índice de desemprego

Porcentagem dos brasileiros em idade ativa desocupados continuou caindo após a reforma trabalhista



Fonte: Pnad/IBGE

As instruções do TST, no entanto, não têm natureza vinculante. Assim, as instâncias inferiores (juízes e tribunais regionais) não são obrigadas a seguir essa determinação.

Litígio

Uma das metas expressas da reforma era amenizar o litígio trabalhista. Para isso, ela criou restrições ao ajuizamento de ações, instituindo, por exemplo, a sucumbência recíproca. Segundo esse princípio, as despesas processuais são distribuídas proporcionalmente entre as partes em caso de vitória apenas parcial. Se um trabalhador levar uma variedade de reivindicações contra seu empregador ao tribunal e não conseguir provar todas elas, terá que arcar com uma parcela dos gastos, mesmo que seja atendido na maioria das queixas.

No primeiro ano da reforma, o volume de ações trabalhistas no país caiu em cerca de 36%, segundo a Anamatra.

Para Feliciano, porém, é pro-

vável que haja uma reversão ao patamar costumeiro em até dois anos, à medida que as regras de aplicação se consolidem. Isso porque a legislação ficou “confusa”, o que fomentará novas disputas. Ele destaca que, no primeiro trimestre pós-reforma, a queda era de 45%, o que pode indicar tendência de estabilização:

— Houve uma redução drástica, mas feita a partir de barreiras que violam a garantia constitucional do acesso à Justiça. Isso não é resolver o litígio, é varrer sujeira para baixo do tapete.

Feliciano avalia que existe no Brasil uma cultura de sonegação de direitos, e que intensificar o ônus da prova para os trabalhadores apenas esconderá esses problemas. Ele vê dois caminhos possíveis: caso as regras mudem, poderá haver um desaquecimento das ações trabalhistas; caso não mudem, a resolução dos problemas virá por meio de conflitos, o que a Justiça do Trabalho deveria evitar.



Manifestantes protestaram contra as propostas das reformas trabalhista e da Previdência em Brasília, em novembro de 2017



Senador Paulo Paim (4º à esq.) preside debate na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho: colegiado realizou 23 audiências públicas desde agosto de 2017

Saiba mais

Lei 13.467, de 2017, que alterou a CLT
<http://bit.ly/L-13467>

Sugestão Legislativa 12/2018 (Estatuto do Trabalho)
<http://bit.ly/M-133210>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Colegiado votará criação de áreas de livre comércio

Pauta de 18 itens da Comissão de Assuntos Econômicos inclui ainda indenização por prática de cartel e mudanças nos fundos constitucionais

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) pode votar hoje projetos que criam áreas de livre comércio, concedem incentivos tributários à indústria, aumentam a indenização paga pela prática de cartel e definem repasses de fundos constitucionais, entre outras proposições.

O PLS 319/2015 cria uma zona de processamento de exportações (ZPE) na Ilha de Upaon-Açu, onde fica São Luís e cidades da Região Metropolitana.

Já aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o texto é de Roberto Rocha (PSDB-MA) e é relatado por Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que apresentou substitutivo.

Zona Franca Verde

O PLS 68/2016 estabelece que as indústrias da Zona Franca Verde poderão comprar máquinas, equipamentos e insumos com isenção do Imposto de Importação. Já aprovado na CDR, o projeto é de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e esta sendo relatado por Otto Alencar (PSD-BA).

Outro projeto a ser analisado pela CAE é o PLS 284/2016,



Ilha que abriga a capital maranhense pode virar zona de exportações

que aumenta a indenização paga por empresas que praticarem cartel. Já aprovado na CCJ, o projeto obriga o ressarcimento em dobro às partes prejudicadas e o pagamento de multa nunca inferior à vantagem obtida.

Os Códigos Civil e de Defesa do Consumidor já preveem o ressarcimento em dobro de danos em caso de repetição de indébito, explica Aécio Neves (PSDB-MG), autor do texto relatado por Armando Monteiro (PTB-PE), favorável à proposta.

Na pauta de 18 itens constam ainda o PLS 502/2015, que altera a Lei dos Fundos Constitucionais para estabelecer que os recursos dos fundos do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste a serem repassados a instituições financeiras para a execução de programas de crédito serão definidos

pelos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento. A devolução dos valores pelas instituições financeiras dependerá do pagamento das prestações pelo tomador final.

Do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), atual ministro da Agricultura, o projeto é relatado por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), cujo voto é favorável à proposta.

Políticas públicas

A comissão também apreciará o relatório de avaliação das políticas públicas de segurança pública, em relação à questão orçamentária e aos reflexos da crise econômica no setor.

Em 2018, a crise financeira na segurança pública foi debatida em duas audiências da CAE, realizadas em setembro e dezembro.

Novo Código Comercial deve ser analisado em comissão especial

A comissão temporária para reforma do Código Comercial deve votar hoje, às 14h30, o relatório ao projeto que disciplina a organização e a exploração de empresas nas áreas de direito societário, contratual, cambial e comercial marítimo.

O relatório, apresentado por Pedro Chaves (PRB-MS), é favorável ao PLS 487/2013, mas Chaves inseriu mudanças. O projeto foi elaborado por uma comissão de juristas e entregue em 2013 a Renan Calheiros (MDB-AL), então presidente do Senado, que assinou a proposta.

Em mais de 1.000 artigos, o novo Código Comercial classifica como empresa a atividade econômica organizada para produção de bens e serviços.

O projeto define como empresário formal aquele inscrito no Registro Público de Empresas (antigas juntas comerciais) e admite a existência do empresário individual, que poderá se inscrever no registro por meio eletrônico. De acordo com o relator, a nova legislação será a principal norma para regular as relações entre empresários.

— O Código Civil passa a ser aplicável apenas subsidiariamente. Afasta-se ainda a incidência do Código de Defesa do Consumidor.

O texto pune a concorrência desleal com pagamento de indenização, sanções penais e administrativas, e condena a concorrência parasitária.

Define o comércio eletrônico como aquele em que as partes se comunicam e contratam por

meio da transmissão de dados.

O projeto define ainda os tipos de sociedade possíveis: limitada, anônima, em nome coletivo e em conta de participação. Desaparece o conceito de sociedade empresária.

Sociedades

O PLS 487/2013 permite que pessoas casadas sejam sócias entre si. Trata das operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão de empresas, e regulamenta ainda as obrigações dos empresários.

O texto estabelece limites para a execução de quota social por parte dos credores de um dos sócios. A pessoa física ou jurídica residente no exterior só pode participar de sociedade no Brasil se mantiver representante permanente no país.

O código também regula o processo empresarial, que deve respeitar os princípios de autonomia das partes, presunção de igualdade real, e intervenção mínima. Os empresários envolvidos podem optar por não se sujeitar às normas processuais estabelecidas no código e definir regras particulares para a solução de controvérsias.

No caso de recuperação e falência, o processo deve esclarecer se a crise ocorreu por risco normal do mercado ou se o sócio ou o administrador contribuiu para o problema.

São mais de 200 artigos dedicados ao direito marítimo. Para o comércio marítimo, o novo código adota o princípio da informalidade.

Empresas poderão ter que recolher óleo de cozinha

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) pode votar hoje projeto que estabelece o descarte ambientalmente adequado do óleo de cozinha. Hoje o resíduo costuma ser despejado no ralo da pia, contribuindo para entupir as instalações sanitárias (as caixas de gordura, em especial) e as redes de esgoto.

O PLS 75/2017, do senador José Medeiros (Pode-MT), altera a Política Nacional de

Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010) para incluir o óleo de cozinha e demais gorduras de uso culinário na lista de produtos do sistema de logística inversa. A intenção é repassar para os fabricantes a responsabilidade pela coleta, pelo reaproveitamento e pelo descarte correto desses materiais.

“Óleo de cozinha jogado nas águas chega a contaminar em torno de até 10 mil litros de

água. Então, é uma política não muito difícil de fazer e que vai contribuir para o meio ambiente”, afirma Medeiros na apresentação do projeto.

No relatório pela aprovação da proposta, o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) afirma que a iniciativa trará impactos positivos sobre a coleta e a reciclagem de óleos e gorduras comestíveis.

O projeto tem votação terminativa na CMA.

Dois últimos relatórios setoriais do Orçamento podem ser votados

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), pode convocar reuniões do colegiado a partir de hoje para votar o projeto da Lei Orçamentária de 2019.

Caso os relatórios setoriais de Transportes e de Defesa e Justiça sejam aprovados hoje, já poderá ser marcada a votação do relatório-geral pela

CMO, de onde o Orçamento 2019 seguirá ao Plenário.

Para a votação pelo Congresso Nacional, é necessária a convocação de sessão pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira.

A votação de vetos presidenciais e de projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) também não tem data definida.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Declaração é desrespeitada, aponta debate

Audiência ontem discutiu os 70 anos do documento adotado pela ONU, em 1948, do qual o Brasil é signatário. Regina Sousa criticou discurso equivocado sobre direitos humanos

ATIVISTAS DENUNCIARAM QUE o Brasil vive tempos difíceis com o fortalecimento do discurso contra a proteção das minorias, dos trabalhadores e dos mais pobres. Eles participaram ontem de uma audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para marcar os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Segundo alguns dos convidados, uma narrativa está sendo construída para desqualificar o ativismo, induzindo as pessoas ao erro.

— Enfrentamos agora o crescimento de setores atrasados e sem compromisso com os direitos do povo. Parece haver o interesse central de desmontar as defesas dos direitos humanos. Temos que aproveitar a data para lembrar as violações que ainda acontecem aqui. O governo eleito diz que tem direitos humanos demais. Mas, não. O que existe na verdade



Para Regina Sousa (2ª à esq.), que presidiu a audiência, brasileiros estão mal informados sobre o que diz declaração

é a falta de direitos, inclusive os relativos à educação e à saúde — afirmou o professor Fábio Felix, da Universidade de Brasília.

Defensor dos direitos da população LGBT, o professor, que se elegeu deputado distrital pelo Psol, afirmou ainda que teve medo durante

a campanha eleitoral.

— Os discursos de ódio e intolerância na política ativam uma série de gatilhos. Durante esse processo eleitoral eu tive medo de andar na rua. E isso não é "mi-mi-mi", é verdade e é muito grave. Esses discursos de ódio não podem ser propagados com tanta força.

A presidente da CDH, senadora Regina Sousa (PT-PI), disse que o discurso equivocado é também o responsável por espalhar a falsa ideia de que direitos humanos existem para defender bandidos.

— Ainda precisamos ler e reler a declaração para que as pessoas fiquem informadas. E

deveria ser tema de estudo na educação básica. Neste meu mandato à frente da CDH, tentamos esclarecer muitas visões errôneas. Demos voz aos invisíveis da sociedade e emudecidos pelos poderosos.

O jornalista e ativista dos direitos humanos Luiz Cláudio Cunha fez duras críticas ao futuro governo Bolsonaro. Segundo ele, nem no regime militar instaurado a partir de 1964, houve tantos generais nomeados pelos presidentes.

— Naquela época, os generais tomaram o poder pela força, agora pelo voto popular. Esse é o paradoxo. Nenhuma grande democracia no mundo dá tantos poderes aos generais. Nem os cinco presidentes militares pós-64. O novo governo terá nove militares em postos-chave dos ministérios.

Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos surgiu no período pós-Segunda Guerra, num mundo ainda abalado pelo conflito.

Comissão pode mudar regra de trabalho insalubre de gestante

Novas regras para o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres vão ser avaliadas na reunião de amanhã da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 230/2018, de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), busca suprir uma lacuna da MP 808/2017, editada para aperfeiçoar a reforma trabalhista. A medida perdeu sua vigência por não ter sido convertida em lei a tempo pelo Congresso Nacional.

De acordo com a proposta, a empregada gestante será afastada, enquanto durar a gestação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres. Ela deverá exercer suas tarefas em local salutar, excluído, nesse caso, o pagamento de adicional de insalubridade.

Uma exceção é possível: quando o grau de insalubridade for mínimo, o trabalho será permitido quando ela, por iniciativa própria, apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, autorizando sua

permanência no trabalho.

No que diz respeito às lactantes, o projeto diz que a empregada será afastada de atividades insalubres em qualquer grau quando apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que recomende o afastamento durante a lactação.

Antonio Anastasia (PSDB-MG), relator na CCJ, realçou o mérito da iniciativa em preservar a saúde da gestante e da lactante sem ameaçar sua permanência no mercado.

Depois de passar pela CCJ, o projeto segue para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Juizados digitais

Outra proposição em pauta é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 110/2018, que prevê a criação dos juizados especiais criminais digitais.

A proposta modifica a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

(Lei 9.099, de 1995) para determinar a criação dos juizados, responsáveis pela conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo cometidas com o emprego da informática.

O relator na CCJ, Antonio Anastasia, acredita que a competência mais restrita de um juizado criminal permite aos servidores e operadores do direito se especializarem e adquirirem experiência, favorecendo a agilidade na tramitação e julgamento de processos.

Depois da CCJ, o projeto vai ao Plenário.

CNMP

A sabatina de Luiz Fernando Bandeira, que pleiteia a recondução ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Senado, também está agendada para amanhã. O relator da indicação, Antonio Anastasia, já emitiu parecer favorável.

Simplificação de empréstimo para idoso deve ser votada amanhã

Está na pauta da reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH) de amanhã projeto que busca facilitar a concessão de empréstimos aos idosos. O PLS 301/2017 estabelece que eles poderão ter acesso a financiamento mesmo sem fiador, desde que apresentem bens como garantia.

Autor do texto, Paulo Bauer (PSDB-SC) lembrou que, apesar de o Estatuto do Idoso proibir a discriminação dos maiores de 60 anos no acesso a operações bancárias, muitos bancos colocam dificuldades e até determinam uma idade máxima para a contratação do empréstimo.

O relator na CDH, Magno Malta (PR-ES), é favorável à aprovação.

Na segunda parte da reunião, a presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI), deve apresentar um relatório das atividades da CDH no biênio 2017-2018.

Ana Amélia defende regulação do lobby para reduzir a corrupção

Ana Amélia (PP-RS) lembrou a passagem, no domingo, do Dia Mundial de Combate à Corrupção.



de algum setor da sociedade e deve ser legalizado e feito às claras.

A senadora mencionou também a iniciativa da procuradora Luciana Freitas, de Mato Grosso, que promove discussões sobre a corrupção nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas.

A senadora apontou a regulamentação da prática do lobby como uma medida que ajudaria a reduzir a corrupção.

De acordo com ela, o lobby não é mais do que a defesa dos interesses

Fátima lembra 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Ontem, no dia da celebração dos 70 anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou não haver motivos para comemorações no Brasil. Para a senadora, a prisão do ex-presidente Lula e seu afastamento do processo eleitoral deste ano é exemplo de ato que atenta contra o

documento da ONU.

Ela também se manifestou contra projetos em análise no Congresso, como o PLS 272/2016, que associa manifestações populares ao crime de terrorismo.

O assassinato de dois integrantes do MST no sábado, na Paraíba, é outro exemplo de desrespeito aos direitos humanos no país, afirmou.

Eleito deputado federal, Medeiros destaca seus 4 anos no Senado

Em seu último discurso na tribuna do Senado, José Medeiros (Pode-MT) disse que, durante os



quatro anos de mandato, aprendeu muito, principalmente pela convivência com outros senadores especialistas em diversas áreas.

O parlamentar assumiu no Senado o lugar de

Pedro Taques, que renunciou para governar Mato Grosso entre 2015 e 2018, e foi eleito deputado federal em 2018.

Ele mostrou números sobre seu trabalho no Senado: em quatro anos, foram feitos 530 pronunciamentos, apresentados 74 projetos e relatadas 177 propostas.

Obra em transporte poderá exigir estudo de viabilidade

Projeto, que será votado em comissão, vincula investimentos públicos no setor a estudo que comprove que aplicação é viável

A COMISSÃO DE Infraestrutura deverá votar hoje projeto que vincula a aplicação dos investimentos federais em obras e serviços de transporte à comprovação de sua viabilidade econômica.

O PLS 235/2014, do ex-senador Alfredo Nascimento, exclui da exigência, porém, obras necessárias à segurança nacional e as de caráter social.

O projeto também classifica a rodovia BR-319, no Amazonas, como prioritária à integração nacional, tornando obrigatória a sua restauração no trecho entre Nhamundá (AM) e Porto Velho, no prazo de dois anos.



Pelo texto, uso de recursos federais terá que ter viabilidade econômica

O relator, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), também incluiu no texto a reincorporação da BR-235 à malha rodoviária federal, no trecho entre Petrolina (PE) e a divisa dos estados de Pernambuco e Bahia. O trecho foi transferido para Pernambuco pela MP 82/2002.

Também está na pauta projeto do ex-senador Antonio Carlos Rodrigues, relatado por Valdir Raupp (MDB-RO), que destina recursos para a melhoria do transporte coletivo ou não motorizado, prioridades da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PLS 11/2013).

Colegiado pode votar correção do salário mínimo até 2023

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar amanhã projeto de lei que estende até 2023 as regras usadas atualmente para o cálculo do salário mínimo. De acordo com o PLS 416/2018, a remuneração deve ser corrigida pela inflação do ano anterior mais a variação do produto interno bruto (PIB) verificada dois anos antes.

O atual modelo é de 2006. As regras foram confirmadas em 2011 e 2015, mas a legislação em vigor (Lei 13.152, de 2015) só prevê a manutenção desses critérios até 1º de janeiro de 2019. A partir dessa data, o Executivo fica livre para definir se haverá e de quanto será o reajuste. A previsão para 2019, segundo o projeto da Lei Orçamentária Anual (PLN 27/2018), é de um salário mínimo de R\$ 1.006. O texto ainda não foi votado

pelo Congresso.

O projeto traz duas novidades em relação à política em vigor: assegura um aumento real de 1% ao ano, mesmo que o PIB apresente variação menor ou negativa, e estende as regras de reajuste a todos os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social. É o caso de aposentadorias, auxílios (doença, acidente e reclusão), salário-maternidade, salário-família e pensões por morte.

O texto é de Lindbergh Farias (PT-RJ) e foi relatado por José Pimentel (PT-CE), que recomenda a aprovação com uma emenda, para um artigo prorrogando até 31 de dezembro de 2022 a validade da Lei 12.382, de 2011, que tratou da correção do salário mínimo.

O texto ainda terá de passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Comissão vota relatório à MP que reabre adesão a fundo de pensão dos servidores

A comissão mista da Medida Provisória (MP) 853/2018 pode votar hoje o relatório à proposição, que reabre o prazo de adesão ao fundo de pensão dos servidores públicos.

Relatada pela deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), a MP concede mais

seis meses para que servidores da União possam migrar para o regime de previdência gerido pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). A comissão mista é presidida pelo senador Paulo Rocha (PT-PA).

Se aprovado no colegiado, o texto ainda terá que ser votado nos Plenários da Câmara e do Senado. A medida tramita em regime de urgência e seu prazo de vigência, já prorrogado, vai até 5 de março de 2019.

O prazo original para adesão ao

Funpresp se encerrou no dia 29 de julho. Com a medida provisória, os funcionários públicos terão até 29 de março de 2019 para migrar para o novo sistema. A MP considera a mudança de regime previdenciário é irrevogável e irretroatável.

ELEIÇÕES 2018

Jader Barbalho (MDB-PA)



Senador reeleito já foi governador do Pará e ministro

Jader Barbalho atuará por reformas e pelo Pará

Jader Barbalho foi reeleito senador pelo Pará com mais de 1,3 milhão de votos. Ele promete trabalhar na defesa das instituições e da democracia.

Segundo o senador, as reformas tributária e previdenciária também devem merecer a atenção do Congresso. Para Jader, as reformas devem priorizar a geração de emprego e

renda e a diminuição das diferenças sociais. — Farei o possível pelos projetos para desenvolver o Pará.

Jader já foi vereador por Belém, deputado estadual, deputado federal, governador e ministro. Seus suplentes são o ex-vice-governador Helenilson Pontes (PSD) e o deputado estadual João Chamon (MDB).

Rodrigo Pacheco (DEM-MG)



Atual deputado federal pretende defender a Carta

Rodrigo Pacheco quer leis simples e eficientes

Atual deputado federal por Minas Gerais, o senador eleito Rodrigo Pacheco tem como prioridades para seu novo mandato a defesa da Constituição, do Estado democrático de direito e de um ordenamento jurídico simplificado e eficiente.

Especialista em direito penal, Pacheco pretende trabalhar pelo novo Código Penal e

pelo Código de Processo Penal que hoje está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Outras bandeiras do senador mais votado do estado — com 3,61 milhões de votos (20,49%) — serão a reforma do pacto federativo e a reforma tributária.

Seu primeiro suplente é Renzo Braz (PP) e a segunda, Ana Maria (PSDB).

Eduardo Braga (MDB-AM)



Conclusão da BR-319 será prioridade do senador reeleito

Eduardo Braga defende foco em infraestrutura

Reeleito para representar o Amazonas no Senado, Eduardo Braga destaca a infraestrutura como uma das prioridades para o novo mandato e para os investimentos públicos federais

O senador acrescenta que vai trabalhar pela conclusão da rodovia federal BR-319, que deve ligar o Amazonas ao sul do país.

Braga foi eleito pela primeira vez em 2010 e foi líder do governo na Casa entre 2012 e 2014.

Também foi vereador por Manaus, deputado estadual, deputado federal, vice-prefeito e prefeito de Manaus e por duas vezes governou o Amazonas.

A primeira suplente é Sandra Braga (MDB) e o segundo é Miguel Biango (MDB).